

APRESENTAÇÃO: HOMENAGEM A PHILIPPE LACOUÉ-LABARTHE (1940-2007)

O número 17 de *A Terceira Margem* é uma homenagem ao filósofo francês Philippe Lacoue-Labarthe, falecido em 27 de janeiro de 2007. O obituário do *Libération*, publicado poucos dias após a sua morte, se iniciava da seguinte forma: “Philippe Lacoue-Labarthe morreu de insuficiência respiratória na noite de sábado para domingo, no Hospital Saint Louis em Paris. Filósofo, germanista, tradutor e homem de teatro, professor de estética na Universidade de Strasbourg, ele tinha 67 anos.” As quatro seções do presente número de *A Terceira Margem* compõem um quadro bastante amplo de contribuições sobre, de, e em torno da sua obra. A seção “À memória de” se inicia com o último texto de Lacoue-Labarthe, que publicamos em edição bilíngüe, mantendo a sua forma inacabada e suspensiva. O fragmento – poderíamos chamá-lo assim – foi escrito em sua última estada no hospital, poucos dias antes de sua morte. Relata os dois “episódios” de coma sofridos por ele ao longo do período de sua luta com os desdobramentos de um enfisema pulmonar. Conforme conta Claire Nancy, ele lia em seus últimos dias de vida *Lazare*, de André Malraux, obra autobiográfica que narra a internação de Malraux na Salpêtrière, com óbvias ressonâncias com a situação de Lacoue-Labarthe. Nas duas ocasiões de seus comas ele fora “ressuscitado” – é o termo médico – em um domingo. “Melhor do que aquele outro cara”, ele teria dito a Claire Nancy com humor.

Avital Ronell dá seqüência à seção memorialística da revista com uma meditação sobre o luto e a perda, que é ao mesmo tempo uma luta com os mecanismos apropriativos de incorporação que compõem o processo de luto. Ela situa a contribuição de Lacoue-Labarthe no contexto da desconstrução francesa, sua colaboração com Jean-Luc Nancy, e sua entrada na Universidade norte-americana. Acaba centrando o seu texto na questão da música, um tema caro a Lacoue-Labarthe, grande apaixonado por jazz (por Miles Davis, dentre outros), e pela chamada música negra norte-americana (o blues, o gospel). Música esta a ser contraposta à chamada música erudita européia, passada em pente-fino por ele em *Musica Ficta. Figures de Wagner* (1991). Se em Wagner consuma-se um programa de estetização da política com os resultados conhecidos entrevistados por Walter Benjamin, talvez o antídoto à

doença do fascismo pudesse passar justamente pelo jazz ou pelo blues, programa que Ronell condensa na fórmula “Blues contra Wagner”.

Françoise Dastur inicia a seção “Hölderlin, o teatro, Antígona”, com uma generosa revisão da leitura lacouelabarthiana do teatro de Hölderlin, atravessando os principais textos críticos em que ele se debruçou sobre o poeta alemão. Hölderlin era de fato o seu herói, mas de um heroísmo discreto “quase sem figura nem estatura, retirado na torre de sua loucura”, como escreve Jean-Luc Nancy sobre o amigo falecido, a ponto de quase transformá-lo em um personagem da fábula hölderliniana. Dastur acompanha os desdobramentos da revisão da tragédia pelo idealismo alemão, no que ela denomina, com Lacoue-Labarthe, a “tragédia especulativa”: a tentativa fracassada de escrever uma tragédia moderna com *Empédocles*, e afinal a decisão de traduzir *Édipo-rei* e *Antígona*, de Sófocles, concebidas como “desconstruções” da tragédia grega. O ponto nevrálgico da leitura hölderliniana consistindo em um retorno à discussão da catarse aristotélica, devidamente “purificada” de suas apropriações neoclássicas moralizantes, onde Dastur, seguindo ainda Lacoue-Labarthe, localiza um mecanismo sacrificial latente e refinado pela filosofia, já em Aristóteles.

O artigo de Ângela Leite Lopes, “O teatro e a cena da filosofia”, explora um viés do trabalho filosófico de Lacoue-Labarthe do qual pouco se fala e quase se desconhece: o do diretor de teatro, e tradutor de peças teatrais, embora fosse desse aspecto que ele mais se orgulhasse. Os organizadores lembram-se de uma ocasião em que disse não ter orgulho de haver escrito qualquer um de seus livros, nem os de filosofia nem os de poesia; uma só coisa, em toda a sua vida, o enchia de orgulho: a de ter encenado (e traduzido) a *Antígona* de Hölderlin. Aqui, múltiplos sentidos da “cena” são descortinados: desde a cena primitiva da rivalidade entre filosofia e poesia (mas, sobretudo, como se sabe, a poesia dramática), na *República*, de Platão, até chegar à cena teatral contemporânea. O texto é tão “sucinto e fundamental”, como são as características atribuídas pela autora ao texto de Lacoue-Labarthe, publicado na revista *L'Art du théâtre*, em 1986, dedicada ao tema “ódio ao teatro”. Partindo da pergunta “o que se odeia, quando se odeia o teatro?”, Leite Lopes está preocupada em investigar, acima de tudo, a contemporaneidade. Ela concorda com o diagnóstico lacouelabarthiano de que “há mais teatro na vida do que nos lugares para ele reservados”. Nossa vida se “espetacularizou” a tal ponto que o momento de apogeu do teatro coincide com o da sua ruína. No último desdobramento de seu ensaio, a reflexão surge como talvez o único caminho possível para a cena contemporânea.

Kathryn Rosenfield resenha criticamente a retradução da tradução hölderliniana da *Antígona* de Sófocles. A repreensão que faz ao trabalho de Lacoue-Labarthe, onde vê um “descaminho”, toca essencialmente em três pontos: Lacoue-Labarthe “vanguardiza” anacronicamente a tradução de Hölderlin, marcado que é pela teoria benjaminiana da tradução com seu privilégio do significante autônomo, enfatizando os “efeitos sonoros”, o “livre jogo das cadeias de imagens” desvinculadas da “idéia ou do sentido”. Ele realiza uma leitura “de filósofo” da tragédia/tradução, impermeável à crítica literária, e aos efeitos propriamente poéticos, limitando-se a circunscrever abstrações conceituais. E finalmente, ele segmenta o texto hölderliniano, praticando em suma uma tradução de filólogo. A essa tradução, portanto, anacronicamente vanguardista, redutoramente conceitual-filosófica, e obtusamente filológica, faltaria a experiência propriamente poética, do sentir-pensar dentro da imagem, que não clivaria o texto – nem um significante puro, nem um conceito puro, nem um detalhe filológico puro – ao contrário, juntando as suas partes, no que ela denomina um saber “semântico” da língua poética em situação. Ora, salvo engano, as duas primeiras ressalvas são contraditórias entre si: como a tradução poderia privilegiar o significante autônomo ao mesmo tempo que a abstração conceitual? Quem sabe então as duas metades não se complementariam! Quanto à “listagem de erros e acertos” em que, segundo ela, se resume o comentário excessivamente filológico do tradutor, vê-se mal como um aparelho de notas eruditas que normalmente acompanha boas traduções poderia ter outro aspecto senão o de uma “lista”. Parece-nos que Rosenfield procura na retradução de Lacoue-Labarthe uma “leitura”, o que foge ao propósito da tradução. Ele de fato produziu diversas *leituras* das traduções, mas em textos teóricos, que não integram o escopo do artigo de Rosenfield. Não é o lugar aqui de analisar no detalhe essa resenha, mas podemos indicar, pelo menos, uma hipótese interpretativa: salvo engano, o pano de fundo crítico aqui em jogo é uma dupla agonística geopolítica e disciplinar. Em primeiro lugar contra o que Rosenfield denomina a “leitura francesa” e cuja aplicação em Lacoue-Labarthe, alguém que passou a vida a estudar os textos alemães desde a França, alguém portanto avesso às propriedades geopolíticas, causa estranheza; e em segundo lugar contra a filosofia-filologia, o que nos parece duplamente injusto, tendo em vista a relação indissolúvel, de origem, entre o conceito de literatura e a filosofia (em torno precisamente de Hölderlin e do primeiro romantismo alemão); e tendo em vista que é precisamente contra a captação conceitual heideggeriana que a leitura lacouelabarthiana de Hölderlin se produz.

O texto de Bruno Guimarães sobre “Os impasses da estética (*esthétique*)” retoma a discussão sobre a desastrosa armadilha da “estetização da ética”, na qual teriam caído, cada um a seu modo, Lacan e Heidegger. O termo “Estética” (*esthétique*), que está no título do artigo, foi cunhado por Lacoue-Labarthe para designar bastante criticamente a tentativa, não apenas de Lacan, mas de muitos filósofos da arte de nossa época, de fundamentar a ética na estética. A “estetização” significa o naufrágio do projeto, a princípio louvável, que consistia em buscar uma fundamentação ética “anterior à formulação filosófica (platônica ou aristotélica) do bem”. No entanto, a tentativa radical (aquém ou além do filosófico) de encontrar na tragédia um possível fundamento da ética redundou em fracasso e acabou não escapando de enredos os mais banais, mas, ao mesmo tempo, trágicos: no caso de Heidegger, a heroicização do poeta Hölderlin; no caso de Lacan, é a interpretação da ação da personagem trágica, *Antígona*, como pureza do desejo, que constitui o pivô da retomada do mais antigo e tradicional modelo ético, baseado na imitação: a exemplaridade.

O artigo de Márcio Seligmann-Silva, “Verdades sublimes: Lacoue-Labarthe e a tradição do belo sublime”, abre a seção “O sublime, a ficção”. Nele Seligmann-Silva faz um comentário crítico do ensaio de Philippe Lacoue-Labarthe “A verdade sublime”. O ponto principal de sua crítica ao artigo citado é a “apreensão *filosófica* do sublime”. Que esta “apreensão *filosófica*” ainda faça apelo a Heidegger, como é sempre o caso em Lacoue-Labarthe, só agrava o tom da crítica, que chega até a repulsa. De fato, a adesão de Heidegger ao nazismo é repulsiva, repugnante. Mas Lacoue-Labarthe jamais temeu o que é nojento. É nessa aproximação destemida do perigoso nojo, aliás, que se explicita seu engajamento com o que é “sublime”. Apresentando criticamente o ensaio “A verdade sublime”, Seligmann-Silva percebe que o grande empreendimento lacouelabartheiano consiste em “buscar uma determinação mais arcaica da arte”, mas acaba por concluir que Lacoue-Labarthe teria reduzido o belo ao sublime. Não será possível nesta Apresentação comentar essa tese, já que a discussão nos levaria ao problema da imbricação entre Metafísica e Estética, inaugurada pela determinação eidética (platônica) do ente. Como uma inevitável conseqüência daquela rejeição inicial da “apreensão *filosófica* do sublime” que, de fato, constitui o ensaio de Lacoue-Labarthe, Seligmann-Silva rejeita a inclusão de Heidegger na tradição do sublime, a qual ele pretende preservar no campo da Estética ou da História da Arte, assim como não concorda com o “gesto” de deslocar o tratado de Longino para o lugar filosófico, atribuindo a Lacoue-Labarthe um desprezo pela retórica.

Diríamos apenas, à guisa de aprofundar a discussão levantada por Seligmann-Silva, que freqüentemente engana-se ele quanto ao tom do comentário lacouelabarthiano, na maneira com que atravessa a tradição do sublime sem aderir a ela nem ironizá-la. Por exemplo, a subsunção histórica do sublime ao belo não é em nenhum momento uma avaliação com a qual Lacoue-Labarthe concordaria – esse diagnóstico faz parte de sua desconstrução. Parafraseando o mote de Seligmann-Silva de que Lacoue-Labarthe “heideggerianizou” o sublime, diríamos, ao contrário, que ele sublimiza Heidegger, mostrando no interior do corpus heideggeriano a linha de uma tradição recalcada (judaico-cristã, helenística), que Heidegger escolheu desconsiderar, pelas razões que conhecemos, e com as conseqüências igualmente conhecidas, mas que é essencial a sua reflexão. Neste sentido, ao contrário do que afirma Seligmann-Silva, há absoluta coerência e continuidade na desconstrução lacouelabarthiana de Heidegger, entre este e outros textos do autor.

Sergio Medeiros pinta uma espécie de quadro estenográfico composto de sinais recolhidos em *L'Allégoire*, o livro de ficção de Lacoue-Labarthe, escrito entre 1967-1968, mas mantido inédito até 2006. Os traços de uma natureza sugerida compõem um esboço de cenário pastoril suspeitado ou entrevisto; a enunciação de um recitativo implícito compõe uma quase-cena operístico-dramática. Mas esse teatro, essa cena é, antes de mais nada, “um teatro sem personagens”, uma “tragédia sem protagonistas”, pontua Medeiros, citando Lacoue-Labarthe.

As “Duas entrevistas: Em torno de Heidegger” iniciam a última seção de *A Terceira Margem*, dedicada à “Política de Heidegger”. Nelas Lacoue-Labarthe situa a descoberta de Heidegger em seu período de formação paralela à descoberta de seu envolvimento com o nazismo. Lacoue-Labarthe identifica no quadro do pensamento alemão – segundo o seu procedimento característico de isolar grandes linhas genealógicas de pensamento – no luteranismo, a gênese comum de duas lógicas revolucionárias opostas, uma de direita (que levaria ao nazismo, mas não só), outra de esquerda (que levaria aos programas revolucionários que se reclamam de Marx). É, portanto, no luteranismo, enquanto movimento contra Roma (e o catolicismo), cuja floreação filosófica será precisamente o idealismo alemão (“a entrada da Reforma na filosofia”, conforme costumava dizer seu mestre Gérard Granel), que devemos buscar a gênese destas duas grandes linhagens “radicais” e “destruidoras”, que se cristalizam no que ele considera serem os dois maiores pensamentos da modernidade: Hegel e Heidegger, vale dizer, duas versões do negativo e da negatividade.

“A auto-afirmação da universidade alemã” é o discurso que Martin Heidegger proferiu no dia 27 de maio de 1933, como reitor recém-empossado na Universidade de Freiburg em Brisgau. Trata-se do discurso de posse à reitoria, cargo que Heidegger ocupará de 17 de maio de 1933 a 23 de abril de 1934, por um período de aproximadamente dez meses. Tanto quanto sabemos, é a primeira tradução desse “Discurso” no Brasil. Concentramos muito esforço e energia para que essa tradução fosse a mais fiel e cuidadosa possível ao texto original. A publicação do “Discurso da Reitoria”, com mais de setenta anos de atraso, enche-nos de orgulho, pois vem preencher uma sensível lacuna dos estudos heideggerianos no Brasil. De fato, já havia uma tradução feita em Portugal que, como toda tradução, merecia alguns aperfeiçoamentos. De todos os textos e pronunciamentos “políticos” que Heidegger produziu durante esse período, o único texto político que Heidegger não renegou foi o “Discurso da reitoria”, o que lhe confere um incontestável privilégio.

A tradução e publicação, em *A Terceira Margem*, do importante ensaio de Philippe Lacoue-Labarthe, “A transcendência fin(da)ita na política”, originalmente publicado em seu livro *L’Imitation des Modernes*, de 1986, quita uma antiga dívida que os organizadores deste número da revista tinham para com a obra de Lacoue-Labarthe. Trata-se essencialmente de uma leitura minuciosa e contextualizadora do “Discurso da Reitoria”, também publicado aqui. Como diz na primeira das “Duas entrevistas: em torno de Heidegger”, Lacoue-Labarthe sempre definiu seu pensamento a partir de um estreito vínculo com Heidegger, a ponto de afirmar, de maneira paradigmática, em 2005, portanto, apenas um ou dois anos antes de morrer, a sua reserva para com a fórmula habermasiana “pensar contra Heidegger com Heidegger” (que, diga-se passagem, parafraseia o próprio Heidegger falando de Nietzsche), optando, ao invés, por essa outra, bem mais fiel ao seu projeto: pensar “apesar de Heidegger mas por causa dele”. A parte final da fórmula, “por causa dele”, não deixa qualquer margem de dúvida a respeito da inegável importância do pensamento heideggeriano para Lacoue-Labarthe. Enquanto o “apesar de” aponta, de modo igual e simetricamente incontestável, para o problema político de Heidegger, isto é, o “episódio”, como se costuma dizer, da adesão de Heidegger ao nazismo, e a ligação umbilical que tem com o todo de sua filosofia. Considerando-se que, à parte o livro *La fiction du politique* (outra dívida de tradução que se contrai aqui), “Transcendência fin(da)ita na política” é o texto que enfrenta mais diretamente a questão política de Heidegger, pode-se dar ao leitor uma idéia da importância desse ensaio na obra de Lacoue-Labarthe.

O texto de Virginia Figueiredo, “Em busca do conceito heideggeriano de política”, é um guia de leitura do ensaio de Philippe Lacoue-Labarthe, “A transcendência fin(da)ita na política” que é, por sua vez, como vimos, um comentário do “Discurso da Reitoria” de Martin Heidegger. Segundo Figueiredo, o ensaio de Lacoue-Labarthe visa menos a explicar ou justificar a atitude política de Heidegger do que buscar um inédito conceito ou essência política do pensamento heideggeriano. Tomando o “Discurso da Reitoria” como o principal legado político de Heidegger, Lacoue-Labarthe nos apresenta duas possíveis versões de interpretação: a primeira, chamada de “metafísica”, é tributária de Nietzsche, e compreende a adesão de Heidegger ao nazismo como uma tentativa de ultrapassagem ou superação da metafísica. Lacoue-Labarthe, no entanto, *suspeita* dessa versão, ao desconfiar que ela contenha uma armadilha, justamente a da possibilidade de se alcançar “o fim (ou superação) da metafísica”. A segunda versão, a mimetológica, traz à tona o viés político recalcado não apenas por Heidegger, como pela grande maioria de seus comentadores. Poderíamos concluir que, dentre os diversos desdobramentos (estéticos, políticos e filosóficos), pelos quais se expandiu a reflexão lacouelabarthisiana sobre o problema da *mimesis*, é em “A transcendência fin(da)ita na política” que a relação entre *mimesis* e política for tratado de forma mais direta.

João Camillo Penna, em “Auschwitz como tragédia”, retoma o fio da questão proposta por Adorno sobre Auschwitz tal qual foi elaborada por Lacoue-Labarthe em *La fiction du politique*. O artigo atravessa a hipótese lacouelabarthisiana do privilégio irredutível do anti-semitismo (e de Auschwitz) na história do Ocidente, e a complementar a esta, de que Auschwitz só pode ser entendido como problema metafísico e espiritual. O artigo resume as proposições de alguns ensaios de Lacoue-Labarthe escritos em parceria com Jean-Luc Nancy sobre política e psicanálise, que desembocam em uma leitura de *Moisés e o monoteísmo*, de Freud, onde se visa precisamente uma explicação espiritual para o nazismo. Finalmente o artigo aborda a proposta lacouelabarthisiana de pensar Auschwitz a partir da noção hölderliniana de cesura, retirada de suas *Observações sobre Édipo-rei e Antígona*.

Os organizadores gostariam de agradecer a valiosa e generosa colaboração de Guido Antônio de Almeida, que fez uma minuciosa revisão da tradução de Daniel Pucciarelli de “A auto-afirmação da universidade alemã”. Os artigos dos dois organizadores e o de Bruno Guimarães são versões modificadas (ou alternativas) de comunicações apresentadas em uma mesa-redonda do Colóquio *Estéticas do Deslocamento*, ocorrido na Faculdade de Filosofia

APRESENTAÇÃO

e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre 15 e 18 de maio de 2007. No contexto do Colóquio, é preciso agradecer a Rodrigo Duarte e Myriam Ávila. Agradecimentos ainda são devidos a: Micaela Kramer, Sara Perryman, Henrique Cairus, Marcelo Jacques de Moares, Izabela Kestler e Edson Rosa.

João Camillo Penna e Virginia Figueiredo

À MEMÓRIA DE

[LE DERNIER TEXTE]

[Philippe Lacoue-Labarthe]

Deux fois, donc, je suis mort. En l'espace d'à peine quelques mois: 25 mai 2006, 29 décembre de la même année. Chaque fois, usant de puissants moyens, on m'a ramené à la conscience – c'est l'expression consacrée – c'est-à-dire à ce monde en son entier, qui *est* parce qu'il *paraît*, sans la moindre exception. Mais chaque fois j'eus la furtive intuition que ce qui s'offrait comme le monde était avant tout *qu'il existait* (*qu'il* était présent), d'une existence qui précédait imperceptiblement la pleine existence de tout.

Tel fut l'envers de la disparition. Un effacement de la condition de l'exister – cette pure impossibilité. En somme, furtivement, l'impossible me fut possible (“... un éclair, puis la nuit...”); et à ce signe je reconnus soudain la condition de l'existence poétique. Laquelle n'est pas de traverser les apparences (il n'y a pas, précisément, d'apparences) mais de se risquer à se tenir au lieu [point] d'origine du paraître qui est tout. Funambulisme métaphysique sans garde-fou métaphysique. Ou si l'on préfère: expérience métaphysique *évidée*, pure exposition au néant [dans son absolu retirement même]